

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

FELIPE PROLO

**REDES SOCIAIS E A MOBILIZAÇÃO PRÓ-COTAS NA
UFRGS**

Porto Alegre, Dezembro de 2008.

FELIPE PROLO

**REDES SOCIAIS E A MOBILIZAÇÃO PRÓ-COTAS NA
UFRGS**

Este trabalho se constitui em uma monografia apresentada à disciplina: Trabalho de Conclusão – Sociologia, do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor José Carlos Gomes dos Anjos.

Porto Alegre, Dezembro de 2008.

Folha de Aprovação

Felipe Prolo

Redes Sociais e a Mobilização Pró-cotas na UFRGS

Este trabalho se constitui em uma monografia apresentada à disciplina: Trabalho de Conclusão – Sociologia, do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor José Carlos Gomes dos Anjos.

José Carlos Gomes dos Anjos
Doutor em Sociologia

Cínara Lerrer Rosenfield
Doutora em Sociologia

Mauro Roese
Doutor em Sociologia

Data da Aprovação:

Agradeço aos que me incentivaram a realizar e apresentar esta pesquisa neste semestre, mesmo com as dificuldades relacionadas ao tempo para elaborá-lo.

Agradeço também ao professor José Carlos, por ter me dado orientação, e finalmente aos que entrevistei, que atenciosamente me cederam parte de seu tempo para que eu pudesse obter as informações de que necessitava.

Resumo

Este estudo tem como foco a ação de um conjunto intitulado como GT de Ações Afirmativas, com relação ao debate sobre uma implementação de um sistema de cotas no concurso para ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este agrupamento não apenas promoveu debates, como também se mobilizou, junto com outros atores, para exercer pressão política sobre a Comunidade Acadêmica, e principalmente sobre o Conselho Universitário (CONSUN) (a instância encarregada de tomar uma decisão deste tipo), já que se posicionou a favor das políticas de ações afirmativas. Partindo da teoria de análise de redes sociais, a pesquisa envolveu a identificação dos laços ativados pelos participantes deste conjunto, bem como a natureza e a motivação destes vínculos, no sentido de mapear esta rede que se estabeleceu, o que demonstra como este processo de mobilização ocorreu até a data da aprovação do sistema de cotas para o vestibular da universidade, em 2007.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas. Redes sociais. Conjunto-de-ação.

Abstract

This study focuses on the action of a group called GT of Affirmative Actions, regarding the debate about an implementation of a quota system in the competition to enter in the Federal University of Rio Grande do Sul. This gathering not only organized discussions, but also mobilized itself, together with other actors, to exert political pressure on the academic community, and especially on the University Council (CONSUN) (which is the body entrusted to take such a decision) as it positioned itself in favor of policies of affirmative actions. Starting from the theory of social networks analysis, the research involved the identification of links enabled by the participants of this set, and the nature and motivation of these ties in order to map this network that was established, which demonstrates how this process of mobilization occurred until the date of adoption of a quota system for college entrance of the university, in 2007.

Keywords: Affirmative actions. Quota. Social networks. Action-set.

Lista de Figuras

Figura 1 – Exemplo de grafo.....	13
Figura 2 – Conjunto da 1ª reunião.....	20
Figura 3 – Demonstrativo da rede mapeada	26

Lista de Abreviaturas e Siglas

- **AFROUFRGS:** Grupo de Estudantes Negras e Negros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- **ASSUFRGS:** Associação dos Funcionários da UFRGS e UFCSPA
- **CEPE:** Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
- **CODENE:** Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul
- **CONSUN:** Conselho Universitário
- **DCE:** Diretório Central dos Estudantes
- **DEDS:** Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
- **GT:** Grupo de Trabalho
- **IACOREQ:** Instituto de Assessoria As Comunidades Remanescentes de Quilombos
- **MARIA MULHER:** Organização de Mulheres Negras
- **MNU:** Movimento Negro Unificado
- **MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- **MTD:** dos Trabalhadores Desempregados
- **ONG:** Organização Não-Governamental
- **PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- **PROEXT:** Pró-Reitoria de Extensão
- **UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- **UNEGRO:** União de Negros Pela Igualdade

Sumário

1	Introdução.....	9
2	Redes Sociais e os “Conjuntos-de-Ação”	13
3	O “GT” e o Debate Sobre Ações Afirmativas na UFRGS.....	19
4	Considerações Finais.....	35
	Referências.....	41

1 Introdução

Esta pesquisa foi realizada enquanto trabalho de conclusão de curso para bacharelado no curso de Ciências Sociais. A proposta de estudo tem como contexto o processo que levou à aprovação do sistema de reserva de vagas no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na UFRGS, a discussão sobre a implementação de uma política de reserva de vagas no concurso vestibular teve início por volta do final do ano de 2005. Alguns estudantes, professores e funcionários começaram a se reunir para discutirem a baixa presença da população negra no meio acadêmico e a questão das ações afirmativas. A princípio, estabeleceu-se como um grupo de pressão política de estudantes em prol da idéia da aprovação de uma política de cotas. Em Março de 2006, este grupo passou a participar de um projeto de extensão na universidade, sendo formado assim o GT (grupo de trabalho) de Ações Afirmativas, com a finalidade de discutir propostas sobre estas ações no meio acadêmico. Assim o grupo seguiu fazendo reuniões e promovendo debates para discutir o tema dentro do espaço universitário.

Uma política de reserva de vagas, na UFRGS, para ser aprovada, deveria ser formulada e votada na instância máxima da instituição, que é o Conselho Universitário. O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento, e é composto pelo reitor (que assume o posto de presidente), diretores das unidades, da escola técnica e do colégio de aplicação; representantes das câmaras de pós-graduação, graduação, extensão e de pesquisa; representantes discentes, docentes, técnico-administrativos, do hospital conceição e de um representante de entidades cultural, do trabalho e empresarial.

Após um debate dentro da própria instituição - tanto entre o corpo docente como entre os próprios alunos - o sistema de cotas foi aprovado em 2007, conforme decisão N.º 134/2007 e foi implementado no vestibular de 2008. É instituída assim dentro da UFRGS uma medida de ação afirmativa de caráter étnico (como proposto inicialmente pelo GT) e social (formulado posteriormente e integrado à pauta da proposta aprovada). Foi definida assim a reserva de 30% das vagas do vestibular

para estas finalidades, visando à reserva para alunos que concluíram metade do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio em escolas públicas, sendo que metade destas vagas se reservam para os que também são auto-declarados negros.

As ações afirmativas têm por objetivo eliminar as desigualdades históricas acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. A política de reserva de vagas nas Universidades brasileiras é uma das demandas, no Brasil, do Movimento Negro¹, bem como a implementação da Lei 10.639²; ambas inclusas na pauta sobre as ações afirmativas.

A demanda por ações afirmativas do Movimento Negro brasileiro ganha forças após a Conferência Mundial Contra o Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, que foi realizada em 2001 em Durban. A comunidade internacional se reuniu e formularam uma agenda, assinando acordos para combater as desigualdades evidentes entre a população branca e negra no Ocidente³, causadas pelo processo de escravização de africanos. O combate ao racismo e a exclusão, gerada por consequência disto, deveria ser, por exemplo, através de implementações de políticas que diminuam as desigualdades étnico-raciais. Os representantes brasileiros, assim como os de outros países, assinam esses documentos. Desde a preparação para a conferência de Durban houve um aumento do debate e das pressões políticas no país (quanto à reserva de vagas nos concursos públicos para ingresso em ministérios, universidades, etc., para a população que é excluída desses universos), que já vinham sendo executadas há algumas décadas pelo movimento negro.

É criado o Projeto de Lei, não aprovado, que institui a reserva de vagas em

1 Ao falar de Movimento Negro estamos nos referindo a um conjunto de Movimentos Sociais, Clubes, entidades, ONG's, etc. que se organizam e fazem, no Brasil, a luta cotidiana contra a discriminação e o racismo, combatendo a exclusão e a desigualdade racial no país.

2 Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003; que altera a lei 9.394, garantindo a inclusão obrigatória do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas como particulares. Fonte: Diário Oficial da União de 10/01/2003, P. 1; ou no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>

3 Um exemplo, no caso brasileiro, é a razão entre a renda de brancos e a de negros para renda do trabalho, que foi de 2,05 em 2007. Isto numa população em que, conforme o PNAD do mesmo ano, 49,8% se auto-declararam negros ou pardos. (SOARES, Sergei, In: THEODORO, Mário (Org.), 2008)

universidades públicas brasileiras para negros e estudantes de escolas públicas. Apesar da não aprovação do projeto de lei federal, nos últimos anos, nos deparamos com uma onda de implementações destas políticas em diversas universidades brasileiras, sendo pioneiras a Universidade Federal e Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília. Isto ocorreu porque as universidades federais, assim como as particulares, possuem autonomia para decidir, caso tenham interesse, de implementar políticas públicas tal como a reserva de vagas em seus vestibulares.

Sabe-se que há muito tempo existem movimentos sociais que exercem pressão para a implementação de políticas que visam amenizar cada vez mais as desigualdades sociais. No caso exposto não é diferente: não só o Movimento Negro Unificado – MNU, como outros movimentos sociais, exerceram, nos últimos tempos, pressão em prol de medidas de ações afirmativas (PEREIRA, 2003), e não se imagina que no caso da UFRGS tenha sido diferente. Tem-se conhecimento também, através de simples observações, que o meio acadêmico e o meio dos movimentos sociais possuem atores em comum, sendo normal parte dos estudantes, funcionários e docentes de universidades serem ao mesmo tempo militantes de alguma causa, movimento e/ou partido político.

Em um primeiro momento, este dado fez pensar se não foi justamente através destes vínculos que veio essa motivação, ou seja, se militantes que de fato haviam trazido a pauta dos movimentos para atuarem no “âmbito institucional”, enquanto representantes destes. Além disso, pensou-se na possibilidade de estas motivações militantes terem propiciando não apenas a ativação de vínculos entre os participantes da mobilização, como também assegurado a sustentabilidade destes laços até o objetivo em comum (partindo do histórico de lutas contra as desigualdades sociais, sendo neste caso pontualmente pela aprovação do sistema de cotas na UFRGS) ter sido alcançado.

Tendo em vista este contexto, foi indagado sobre como se deu a ação, e quais eram as estratégias deste grupo organizado por pessoas vinculadas a universidade, no que toca a reivindicação e pressão para que fosse aprovada a política de cotas no vestibular da UFRGS. Enfim, o objetivo desta pesquisa foi verificar a ação do GT de Ações Afirmativas dentro da discussão sobre cotas na universidade. Ligado a isto, visa-se identificar a relação entre os atores e destes com os movimentos sociais,

através de militantes dos mesmos que por ventura tinham vínculo formal ou não com a universidade, mapeando assim a rede formada nesse processo.

Com a intenção de coletar e analisar os dados conforme a proposta da pesquisa optou-se por uma análise qualitativa. Procurou-se identificar vínculos que não foram considerados através de uma soma com a finalidade de identificar uma “força” de um determinado laço, mas sim considerar os laços de acordo com sua origem, pelo tipo e tempo em que se mantiveram. Não apenas vínculos proporcionados por uma ligação a determinado grupo, mas também da ação individual que por ventura tenha propiciado formas de acesso aos objetivos por parte dos atores estudados. Para a obtenção dos dados, foram feitas entrevistas abertas, buscando instigar os relatos sobre a ação do GT no processo, e quais pessoas participaram deste.

Foram realizadas nove entrevistas com a finalidade de mapear a rede formada pela mobilização a favor das cotas na UFRGS. Iniciaram através de dois contatos já existentes, que eram duas colegas de curso. A partir destas primeiras entrevistas, foram fornecidos alguns e-mails de contatos que haviam também participado de alguma forma nesta mobilização. Logo, os(as) entrevistados(as) não foram selecionados dentre outros a partir de determinados aspectos, como raça/etnia, sexo e idade, mas sim conforme foi sendo possível marcar entrevistas com estes contatos que, quando respondiam o email enviado, tinham disponibilidade de horário para agendar uma conversa. As entrevistas foram gravadas em áudio, e culminaram em uma conversa aberta, onde se questionava a forma como o(a) entrevistado(a) havia chegado ao grupo mobilizado, bem como este grupo se relacionou com outras pessoas e/ou grupos, quem/quais eram, e como foram as execuções de estratégias e o processo até a aprovação das cotas.

A partir das primeiras entrevistas, foi focada a obtenção dos nomes dos contatos, que obviamente não serão divulgados neste trabalho. Nas entrevistas posteriores, como os mesmo nomes estavam sendo repetidos – com exceção de um que outro que era acrescido, ou que tinha uma descrição de suas relações mais detalhadas – o foco foi mais em obter uma descrição do processo do que na elaboração de uma lista.

2 Redes Sociais e os “Conjuntos-de-Ação”

O princípio da percepção de uma rede social é como constituinte de “um conjunto de atores ligados por uma relação” (STEINER, 2006, pg. 77). Relações estas, que pode ser tanto entre pessoas, como entre grupos ou instituições, que resultam em vínculos diretos e indiretos (este último sendo proporcionado pelo contato a um vínculo direto).

Para alguns autores, construiu-se a partir de então uma “sociologia relacional”, concentrada nas relações sociais e não em atributos de decisões individuais ou em estruturas concebidas previamente (Emirbayer, 1997). Essa perspectiva estaria situada em um plano de análise intermediário, avançando na solução das dificuldades analíticas do tratamento simultâneo da ação e da estrutura sociais. O sentido de estrutura para a análise de redes, portanto, não é o mesmo das análises estruturalistas anteriores, pois no caso das redes o formato e o conteúdo são levantados dedutivamente pelo trabalho empírico, no que Tilly (1992b) denominou estruturalismo *a posteriori*. (MARQUES, 2006, pg.19, grifo do autor)

De forma geral, as redes sociais são nada mais que modelos estruturais que demonstram a disposição dos indivíduos relacionados entre si. Como nos traz Carlos Lozares:

El enfoque de Redes concibe la estructura social como pautas, modelos de relaciones específicas que conjugan, juntan, ligan unidades sociales – incluyendo actores individuales y colectivos. [...] esta aproximación trata de interpretar el comportamiento de los actores a la luz de sus posiciones variables dentro de la estructura social. (LOZARES, 1996, pg.12)

A diferença deste tipo de análise das referentes às estruturas convencionais, é que na análise de redes sociais, em vez de se focar os aspectos atributivos dos indivíduos (como raça, sexo, cargo, etc.) leva-se em conta que as ações dos indivíduos partem na verdade de suas relações. Não que neste tipo de análise os aspectos atributivos não possam ser combinados, como até já o fez Eduardo Marques:

[...] As relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política. O estudo das redes permite integrar os atores em seus contextos relacionais específicos sem necessariamente abandonar os pressupostos ligados à sua racionalidade, embora esta ganhe contornos bastante distintos dos considerados comumente pelas literaturas de ciência política e economia [...] (MARQUES, 2006, pg.19)

Dessa forma, o que se visa é perceber como os contatos entre os indivíduos proporcionam certas trocas - que podem ser de informação, de favores, de acesso a determinados círculos sociais ou serviços, etc. – que irão dar permissões ou delimitações, que irão direcionar as ações dos atores dentro do contexto em que estão inseridos. Como lembrou Steiner, o foco nas relações sociais coloca a ação do indivíduo e a disposição estrutural como interdependentes:

A ação individual aproveita os recursos que a rede oferece, mas é constrangida por ela; de outro lado, a rede existe porque ações individuais significativas colocam em relação os indivíduos que compõem esta rede. (STEINER, 2006, pg.79).

Lozares coloca que a análise de redes sociais parte de informações subjetivas para então submetê-las a uma análise formal. Nisto ele coloca a distinção entre “conteúdo” e “forma” da rede. O “conteúdo” seria nada menos do que a “substância”, a natureza destas relações, não se prendendo a uma interpretação sobre essas relações serem todas sociais ou não, mas sim partir da pessoa e de seu vínculo com outras. Segundo o autor, as relações podem ser:

[...]formales, institucionales, regladas o informales; permanentes o pasajeras; em proceso o consumadas; unidirigidas o mutuas; superficiales o profundas; conscientes o inconscientes. Todo dependerá de la naturaleza del problema analizado, Alba R.D. 1982.(LOZARES, 1996, pg.8)

Assim, qualquer relação entre indivíduos e/ou grupos, enquanto atores, pode ser levada em conta. Contudo, não é necessário que se considere todos os tipos de relações possíveis, podendo até mesmo utilizar um único tipo de relação para análise. Informações estas que podem ser obtidas tanto através de entrevistas, como através de análise de documentos ou métodos etnográficos.

Já a “forma” refere-se à parte objetiva do estudo. Esta é a configuração da

rede, sua estrutura, por assim dizer. Esta é interpretada a partir dos dados derivados da identificação dos vínculos percebidos, que permitem que se mapeie esta rede. A identificação da estrutura social posterior ao trabalho empírico, partindo deste tipo de análise, que a faz diferir das formas de estruturalismos anteriores.

A análise de redes sociais, apesar de considerar as relações como dados de vital importância em seu esquema analítico, utiliza por vezes elementos advindos da matemática, da estatística e, até mesmo, da informática para criar a representação da estrutura da rede mapeada. Dentre os cálculos mais importantes, dois podem ser citados. Tem-se o cálculo da densidade de uma rede, consistindo em demonstrar o número de relações vistas com relação ao número de relações possíveis, considerando todos os atores da rede; e o da centralidade, que mostra a posição de determinado ator dentro da rede. Cálculos estes que ganham importância tanto quando demonstram que caminho uma informação segue dentro de uma rede, como quando revelam quem são os reais mediadores do processo.

Quanto à representação gráfica, existem vários softwares voltados especificamente para a análise de redes, como o Ucinet e o Agna (Freeware). Estes programas de computador consistem em criar o que se chama na matemática de “grafos”, que basicamente demonstram em um desenho os diferentes atores e traços que os ligam, como no exemplo simplificado abaixo:

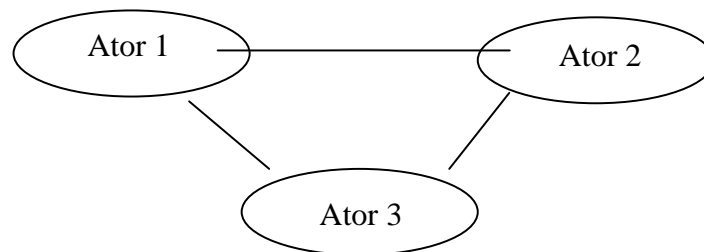


Fig.1: Exemplo de grafo. Fonte: Elaboração própria

Os softwares de análise de redes consistem em, assim como os softwares estatísticos em geral, partir de uma planilha de dados para uma representação gráfica, o que facilita a interpretação dos dados obtidos, bem como sua apresentação. Com estas representações também fica mais fácil identificar os laços apresentados, podendo avaliar aspectos como os chamados “vínculos frágeis”, da

tese de Granovetter, que nos traz aqui STEINER (2006), que consiste em, se dois atores mantêm um laço considerado forte com outro ator em comum, eles não podem deixar de ter um laço, mesmo que frágil, entre eles. A teoria de Granovetter mostra que estes vínculos frágeis ganham força dentro de uma rede a partir do momento em que são potencialmente agentes de informações novas e não redundantes na estrutura. Outra verificação que pode ser feita relacionada a esta idéia é a da “equivalência estrutural”, que consiste no fato de dois ou mais atores que mantêm os mesmo vínculos com outros atores e vice-versa. Sendo dois atores *equivalentes* em uma rede, eles se tornam substituíveis e também redundantes.

Partindo desta noção de redundância, Ronald Burt traz a teoria dos “buracos estruturais”. Estes seriam nada menos que a “*conexão entre atores não redundantes*”. Burt afirma que, quanto mais uma rede possui tais buracos, maior a quantidade de informações válidas transportada pelos vínculos. Em contrapartida, a existência destes buracos pressupõe que a rede não seja muito densa (STEINER, 2006, pg. 89).

Com um viés mais antropológico, e anterior ao que foi exposto aqui, está a discussão feita por Adrian C. Mayer e J. A. Barnes sobre o que se entende por “rede”. Este conceito foi elaborado por Barnes a partir da idéia de estrutura social exposta por Radcliffe-Brown, e para nós aqui apresentada por Mayer:

O termo “rede” foi empregado por Radcliffe-Brown (1952:190) que caracterizou a estrutura social como a “rede de relações sociais efetivamente existentes”, e afirmou também que esta estrutura deveria constituir o objeto da investigação antropológica. As relações que formam a estrutura social seriam sustentadas por uma convergência de interesses ou, ao menos, “pela limitação dos conflitos que possam surgir da divergência de interesses”(Ibid.:199) (MAYER, Adrian C. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.), 1987, pg.128)

Para Barnes, assim como para outros autores de sua época, o estudo de redes se fez necessário, pois as teorias tradicionais da antropologia não eram suficientes para o estudo das sociedades ditas complexas (LOZARES, 1996, pg. 2). As redes sociais são formas de estudar relações pessoais e processos, partindo da construção de um modelo. Essas relações têm também como característica o fato de não terem limites iguais aos dos grupos de onde partem, como organizações e

instituições, mas sim propiciam que sejam verificados estes limites dos grupos. Outra definição dada pelo mesmo autor é de que a rede

[...] é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Chamo-a de rede social total. (MAYER, Adrian C. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.), 1987, pg.166)

A título de análise, poderia então utilizar o que ele chama de “rede parcial”, que não seria nada menos que um recorte da rede total, a partir de algum critério específico que seja aplicável dentro do todo, como alguns autores já fizeram. Barnes considera pertinente que, para iniciar o mapeamento de uma rede, deve-se partir de um ator “Alpha”, e as relações que partem dele, e das quais participa. Assim, se partiria para o que ele denominou como “contatos primários” de “Alpha”, por se ligarem ao mesmo, e como “zona primária” ou “de primeira ordem”, aquela onde estes contatos mantêm relações entre si. E a partir do momento em que estes contatos de “Alpha” fazem intermédio deste com outros atores, tem-se então o que ele chamou de “estrela de segunda ordem”, e assim por diante.

Tal fato não significa que o autor concorde com a análise de uma rede “egocêntrica”, que partiria então da visão de um “ego”, e das conexões que de várias formas partem e vão até ele. Barnes defende que a análise de redes tem por objetivo analisar o que “de fato” ocorre, e não apresentar unicamente a visão do ator sobre esses processos. Já o “ego” seria o ator do qual partiriam as relações, na análise de um conjunto, que verificaria tanto as relações que divergem dele, quanto as que convergem nele, diretamente ou através de intermediários.

Isto se insere na idéia de conjuntos-de-ação apresentada por Barnes e analisada por Mayer. Parte-se da noção sobre os “quase-grupos”, que seriam nada menos que aglomerados que não se constituiriam enquanto um “grupo”, por assim dizer, por não estarem os atores em uma estrutura comum organizada, mas sim por serem associações que se baseiam em interesses comuns. Estes quase-grupos partiriam de uma organização central (ego), estabelecendo interconexões dentro de uma determinada rede (ou campo social, associação que chegou a ser feita), com vistas a um objetivo específico. Como especificou Mayer, “As interações nessa

categoria de quase-grupos ocorrem em um conjunto de ação [...]” (MAYER, Adrian C. 1987, In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.), pg.128).

Para este autor, os conjuntos-de-ação possuem basicamente cinco características: terem conexões oriundas de campos sociais distintos; por vezes serem baseadas na atuação em determinados grupos; terem ramificações que ligam os atores ao ego diretamente ou através de intermediários (as chamadas “conexões laterais”); serem entidades limitadas (existem em função do ego ao redor do qual se constituem); e não serem entidades permanentes (se desfazem quando não há mais o objetivo que estimulou sua formação).

No caso, o ego pode ser tanto um ator como um conjunto de atores. Ele não é necessariamente um líder, mas funciona mais como uma referência e um ponto de onde partem estas interconexões. O fato de o mapeamento destes quase-grupos partirem das conexões referentes a um ego é que tornam esta entidade como limitada, ao contrário da rede formada em um campo social.

3 O “GT” e o Debate Sobre Ações Afirmativas na UFRGS

Alguns entrevistados frisaram certa dificuldade em definir o marco inicial do GT de Ações Afirmativas, e outros nem souberam muito falar sobre essa parte, pois passaram a participar após a sua formação mais sólida. A formação do GT revela aspectos sobre a origem dos seus participantes, quanto ao engajamento em alguma causa, junto a alguma entidade do movimento social; ou dentro do curso acadêmico, com pesquisas voltadas ao estudo dos problemas sociais, sendo tema de interesse que pode incentivar o engajamento. Estas origens, por sua vez, vêm a revelar traços que permitiram determinados vínculos entre os atores que se mobilizaram em prol do sistema de cotas na UFRGS.

Antes de tudo, cabe aqui definir o que veio antes do GT, bem como o que ele se tornou, e qual o significado real de sua denominação. A partir de agora, será suprimida a nomeação “GT de Ações Afirmativas” e nos referiremos apenas como “GT”, para facilitar tanto a escrita quanto a leitura. Também, nos casos em que não tenha sido considerada uma análise de sua formação e atuação, serão chamados de “grupos” (entre aspas), ou então como “agrupamentos”, para que não seja feita confusão com as distinções entre *grupo*, *quase-grupo* e *conjunto*, presentes no aparato teórico antes exposto.

Primeiramente, partiremos do processo relatado que trata do que veio antes do interesse pela mobilização pró-cotas. Esta história começa (partindo de um determinado ponto de vista) antes de 2004, quando certos estudantes do curso de Ciências Sociais resolveram se reunir para discutirem a questão sobre o papel da universidade frente ao restante da sociedade, enxergando o atual momento como de uma universidade com um ensino voltado para o mercado, e não determinado a dar um “retorno” de fato para ajudar a resolver ou amenizar os problemas sociais. O fato de conhecer algumas destas pessoas, bem como de certos relatos, permite dizer que eram pessoas que tinham afinidade com um pensamento político esquerdista, mas não houve conhecimento de ligação deste com atividades de militância, que, de fato, inicia-se a partir deste momento.

Entre o final do ano de 2004 e início de 2005, este “grupo” realizou algumas atividades como “ação coletiva” (não houve uma denominação deste termo). Após algumas destas experiências, formou-se um grupo chamado Coletivo de Educação Popular e Luta, que tinha por objetivo realizar ações de intervenção em comunidades periféricas de Porto Alegre, em paralelo com a discussão sobre o caráter da universidade. Segundo um entrevistado, este foi o “embrião” do que veio a ser o Levante Popular da Juventude, cuja participação será relatada mais adiante.

Pelo ano de 2005, este grupo de estudantes de Ciências Sociais, partindo desta idéia de discutir o caráter da universidade, promove o que foi chamado de “Congresso Das Sociais”, tendo esta mesma proposta de discussão (inclusive relataram que foi desta organização que surgiu a frase “Para Quem Serve O Teu Conhecimento?”, que chegou a ser pintada em um dos muros da universidade e que esteve em meio a uma polêmica recentemente)⁴. Este “grupo” passou a trabalhar com a idéia de GTs (Grupos de Trabalho), cada qual com uma temática diferente, conforme a demanda e interesse dos participantes. Dentre estes GTs, foi criado o de ações afirmativas, sendo o único que perdurou.

Na época em que se pensou em trabalhar com GTs (e a partir deste momento a base vem não de apenas um relato), por volta de final de 2005, estes alunos de Ciências Sociais passaram a contatar pessoas que poderiam ter interesse no tema sobre ações afirmativas, normalmente colegas de curso, e, em um caso específico, os participantes do programa Conexões de Saberes⁵. Neste caso, duas pessoas que participaram do GT posteriormente, e do que veio a ser o Levante, convidaram um estudante ligado ao Conexões, enquanto uma colega de curso destes primeiros, e também relacionada ao Conexões, fez convite a outras três pessoas do projeto, que também acataram. Apesar de se dizer que de certa forma o convite foi “para o

4 Esta frase, elaborada pelo grupo mencionado, que se reuniu para discussões sobre o caráter da universidade, foi pintada no muro de um dos prédios da universidade. Em Agosto deste ano, um aluno entrou com um processo administrativo junto à universidade acusando o ato de dano ao patrimônio. O processo acabou sendo arquivado por o ato não ter sido considerado vandalismo. Fonte: Zero Hora, notícia publicada online através do link disponível no site do jornal: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jspuf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2141651.htm> >

5 Este programa, que pertence a UFRGS, apresenta-se como tendo o objetivo de proporcionar a formação de alunos oriundos de comunidades consideradas “populares” para poder intervir de forma positiva nestas. As informações sobre este programa foram obtidas vagamente via relatos, e não se percebeu motivos para se aprofundar nesta parte. De qualquer forma, maiores informações podem ser obtidas nos site <http://portal.mec.gov.br/secad/> e <http://www.proext.ufrgs.br/Deds/>

Conexões de Saberes”, as pessoas que vieram de fato a participar do GT foram contatadas por laços de amizade e/ou convívio. Há de se considerar também que a pessoa primeiramente contatada do programa Conexões de Saberes, na realidade tinha em comum com quem havia lhe convidado o fato de os mesmo atuarem juntos ao IACOREQ (Instituto de Assessoria As Comunidades Remanescentes de Quilombos).

Ainda quanto aos participantes do programa Conexões de Saberes, cabe frisar como houve quem, nas entrevistas, salientou a ligação entre seu ingresso no programa e sua origem popular. As disparidades que via entre o lugar de onde veio e o ambiente universitário; fez surgir um sentimento de estranhamento de si mesma quando inserida no contexto acadêmico. E este sentimento foi relatado por vezes como uma motivação para participar de projetos voltados a estas questões e colocar a questão da educação e raça em suas pesquisas. Como mostrou um relato, em que esta pessoa conta as disparidades que via entre si e muitos colegas, e além do fato de ser por vezes a única pessoa negra da aula, como por exemplo, como a cobrança de professores para que os alunos tirassem xerox, sem indagar se eles tinham condições ou não de poder pagar por isso. Ela conta como isso a afetou e de que forma foi parar no programa Conexões de Saberes:

“(...)então, eu tentei levar o curso assim, ruim de fazer, sabe...comecei a rodar muito(...)quanto tinham uns dois anos de curso, eu queria desistir, largar tudo, voltar a trabalhar, como era antes...mas aí minha família me apoiou...(...)...daí eu continuei...assim eu queria fazer alguma coisa...mas não sabia o que...queria fazer alguma coisa, sabe, pra me sentir bem..pra poder driblar esses paralelos e continuar..porque não tinha condições. Daí eu comecei a... uma colega me convidou pra dar aula no cursinho é...cursinho popular do CEUE, daí adorei...adorei um monte...aí a partir daí a gente começou assim a ter um certo envolvimento, sabe...com o movimento dos cursinhos populares(...)aí depois comecei a dar aula no alternativa, que é aqui no Vale(...)Bom, desde 2002 até 2005 eu nunca tinha conseguido bolsa nenhuma, foi quando apareceu o negócio do Conexões...o Conexões de Saberes...daí eu fui, como era estudante de origem popular...”

Neste momento então foi realizada, em Novembro ou Dezembro de 2005, uma reunião com o objetivo de iniciar uma discussão sobre as ações afirmativas, já que se tratava de um tema em evidência naquele momento, visto que a política havia sido implantada recentemente em várias universidades do país. Entre dez e quinze pessoas participaram desta reunião, sendo praticamente todas elas

estudantes da universidade, e a maioria do curso de Ciências Sociais, e as outras ligadas ao Conexões de Saberes. Graficamente, coloco os pertencentes a um mesmo “grupo”/“conjunto” os atores dentro de um determinada demarcação, ligando atores específicos por traços destacados em outra cor quando ocorre a ativação deste laço para efetuar o convite para a reunião feito nessa época que tenha sido relatado, dessa forma⁶:

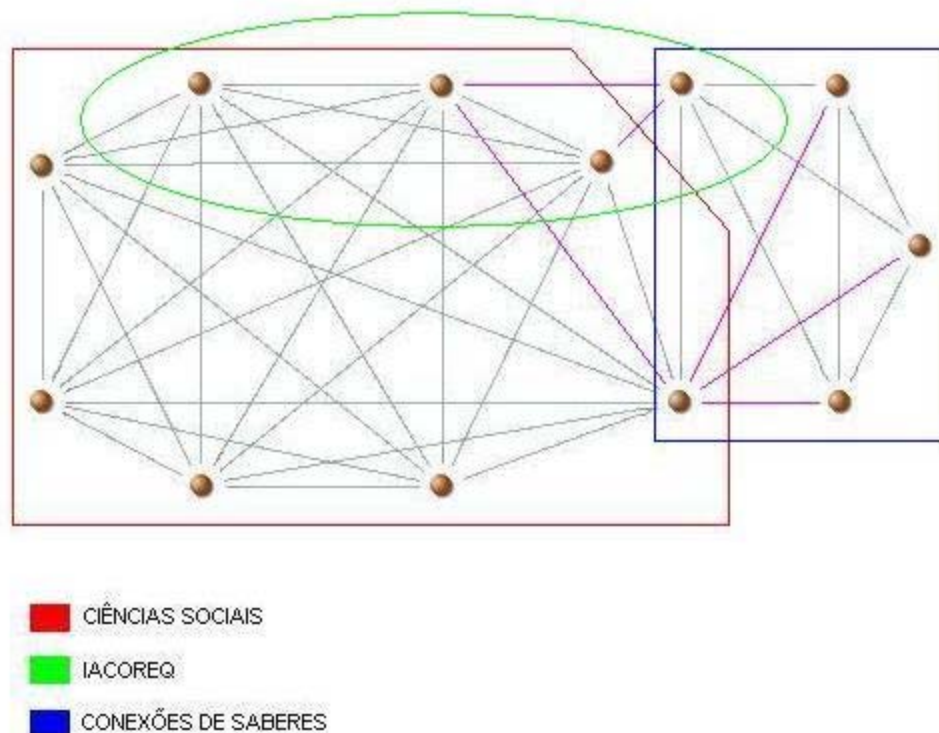


Fig. 2: Conjunto da 1ª reunião. Fonte: Elaboração própria.

Optei por identificar os pertencentes a um mesmo “agrupamento” em comum através de uma demarcação de determinada cor, ao invés de fazer esta identificação nos traços, para não ficar confuso visualmente, como às vezes podem ser as representações de redes repletas de traços que acabam se sobrepondo. Os traços não destacados não indicam que tais vínculos tenham ocorrido apenas por

⁶ As ilustrações deste trabalho foram feitas utilizando o software Agna 2.1, no que toca as representações dos atores e dos traços que mostram seus vínculos. Os demais elementos foram incluídos através do uso de software de edição de imagem.

pertencerem a um mesmo “grupo” (ser aluno de ciências sociais ou bolsista do Conexões de Saberes), mas sim por já se conhecerem a mais tempo ou a partir das discussões promovidas por tais estudantes antes desta primeira reunião mencionada. Há de se considerar que não há precisão quanto ao número de membros presentes nesta reunião, isto foi frisado pelos próprios entrevistados.

Apesar do que possa estar parecendo até agora, os(as) bolsistas do Conexões não eram alheios as discussões sobre relação entre universidade e sociedade, até porque o programa tem justamente esta finalidade. Dentre as pessoas que aparecem como sendo do Conexões, fora as vinculadas ao curso de Ciências Sociais, três são meninas que já pertenciam ao AFROUFRGS, que era um grupo de estudantes negros(as) da universidade que se reuniam para discutirem sobre o tema racial/étnico e sua vinculação em suas pesquisas acadêmicas.

Pode-se dizer que desta reunião saiu a “base”, por assim dizer, do “conjunto” dos mobilizados a favor das cotas na UFRGS. O GT de Ações Afirmativas passou, em um primeiro momento, a procurar estudar sobre a questão racial no Brasil, a política de cotas, e a implementação desta em outras universidades, bem como se propuseram a analisar o contexto sócio-econômico da UFRGS. Etapa esta onde se visou obter um conhecimento sobre o quão poderia ser aplicável esta política, bem como de concentrar o conhecimento de todas as argumentações possíveis sobre o tema, pois a argumentação seria um dos instrumentos fundamentais na ação deste “conjunto”.

Outra estratégia feita pelo GT foi de “mapear”, dentro do contexto da universidade quais pessoas – tanto alunos, como servidores – tinham vínculo de militância com algum movimento social. Desta lista, a maioria era composta de servidores com laços de militância com entidades do movimento negro. Dos citados estavam pessoas ligadas ao Movimento Negro Unificado - MNU, a União de Negros Pela Igualdade – UNEGRO, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul – CODENE, a Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher, bem como o IACOREQ.

Não se pode dizer especificamente se os contatos com estas pessoas foram feitos pelo GT enquanto um “conjunto” organizado, e por meios formais, ou pelo fato de ter integrantes que já conheciam estas pessoas. Como por exemplo, havia uma

pessoa que, além de servidora na universidade, era também ligada ao IACOREQ, entidade com a qual alguns estudantes do GT tinham determinada ligação, além da mesma também ser conhecida de uma das pessoas do curso de Ciências Sociais, que também participou das discussões do GT. Outra servidora era também vinculada ao AFROUFRGS, mencionado anteriormente. Ambas as servidoras citadas trabalhavam na universidade junto ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS, que é ligado a Pró-Reitoria de Extensão, e de onde partiu o programa Conexões de Saberes. Ou seja, eram funcionárias da universidade, que trabalhavam em projetos de extensão voltados para a questão da educação e sua aplicação em comunidades populares; e ao mesmo tempo tinham ligações com grupos que tratavam da temática relacionada a questões de raça/etnia.

Cabe salientar que o fato de o GT ter se constituído também como um projeto de extensão, atrelado a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS (PROEXT), não significa que tenha tido grande relevância no processo de mobilização. Conforme os relatos, este projeto tinha a idéia de promover o debate sobre cotas dentro da universidade, porém as pessoas que o integraram já faziam essa discussão antes mesmo da formalização junto à PROEXT. A percepção foi de que esta vinculação foi mais uma questão estratégica, e serviu mesmo como um meio de obtenção de verba para pagar bolsistas para pesquisarem sobre o assunto, e não foi de fato um mecanismo que possibilitou uma maior legitimação ou serviu de ferramenta direta de pressão.

Durante o ano de 2006, além da estratégia de estudo sobre o tema, este conjunto também participou de mobilizações organizadas por alguns movimentos sociais, em especial o movimento negro. Dentre essas mobilizações estava a realizada em 13 de Maio (dia da abolição da escravatura), e em 21 de Março. Na preparação para a participação nesta última, os integrantes do GT elaboraram uma lista dos grupos do movimento negro participantes do evento, e convidaram representantes para a reunião, sendo estes movimentos dentre os citados anteriormente, em maior número do MNU, sendo que uma das pessoas ligadas ao GT, que é do curso de Ciências Sociais, também já fez parte deste movimento no passado.

Outra atividade em 2006 da qual o GT participou foram as “Calouradas”,

evento promovido pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE da UFRGS. Neste momento foi feito contato com este grupo, que até o momento não tinha uma posição firme quanto a questão das cotas. Como foi dito em um dos relatos, “puxamos eles do muro”. A partir deste contato com o DCE, um membro deste passou a estar presente nas reuniões, talvez, como foi dito, mais enquanto estudante engajado na causa do que como um representante do diretório. Um trecho de uma entrevista comenta sobre o interesse deste conjunto na participação de eventos deste tipo:

Ah, tem uma coisa que foi bastante importa pra... em termos de visibilidade, foi que a gente fez uma...a gente começou a se reunir em Novembro(2005), em Março(2006) a gente fez uma passeata, então a gente foi se organizando pra essa passeata...não só a passeata, mas as Calouradas também, então a gente foi se organizando, entre nós, então a gente tinha essa meta das Calouradas e foi fazendo todo um...vários contatos, pra chegar nas Calouradas e fazer algum evento relacionado a cultura negra e indígena, e essa passeata...a gente foi fazendo toda uma rede de contato.

Além dos contatos com os movimentos sociais, também foram feitos, e também através destes movimentos já contatados (até em especial as entidades do movimento negro), contatos com sindicatos. Esses vínculos tinham mais o objetivo de conseguir ajuda em mobilizações e em recursos para as mobilizações, como faixas, carros de som, etc. Um traço comum no que permitiu esta ligação é o fato de integrantes do movimento negro, que já haviam sido contatados, fazerem parte também dos sindicatos relativos aos locais de onde trabalham. Aliás, o movimento negro já possuía uma ligação com os movimentos sociais em geral, no que toca ao apoio a mobilizações, numa relação recíproca.

Conforme as entrevistas, os movimentos, principalmente o movimento negro, atuaram mais no apoio ao GT do que de fato em uma participação direta nas elaborações. Como foi destacado, “o movimento negro tinha outras pautas naquele momento”, ou seja, os integrantes do GT perceberam que o movimento negro não estava considerando como prioridade a implementação de uma política de ação afirmativa na UFRGS. Inclusive foi colocado o fato de que, enquanto os integrantes do GT acreditavam que as entidades dos movimentos sociais deveriam estar mais presentes, “dentro” da universidade, enquanto “grupo”, na participação das

discussões e elaborações sobre as manobras a serem feitas, estes primeiros viam que estas entidades definiam que o GT, estando formado, em maioria, por pessoas vinculadas a universidade, é quem deveria trabalhar mais neste sentido. Assim, certos entrevistados, integrantes do GT, viam mais os movimentos, como citado anteriormente, como um apoio, e o GT como um meio de se levar a pauta dos movimentos sociais para serem apresentadas ao CONSUN. O que pode ser conferido nos trechos de entrevista abaixo:

“Então, a gente tinha ali um grupo, e a gente tinha a proposta de cotas, e a gente tinha um pressuposto de que... a gente não podia falar sobre cotas a partir da nossa cabeça. A gente tinha consciência de que isso era uma pauta do movimento negro, pelo menos nos últimos 20 anos, de forma mais enfática, mas desde que o movimento negro existe, isso sei lá, há uns 100 anos, que isto é uma questão, sabe... de inserir o negro na educação. Então a gente considerava que não podia partir assim do...da nossa cabeça, a gente tinha que ir atrás dos originais...”

“...e as pessoas do movimento negro, e quando elas perceberam que havia um grupo consistente, discutindo e estudando as ações na universidade, a relação conosco ficou muito mais uma relação de realizar atos e demandas de visibilidade, do que de acompanhar espaços institucionais. O que precisa fazer dentro da instituição pra construir um projeto de extensão. Isso era os estudantes da universidade. Mas quem vai participar, bom, vamos convidar os movimentos sociais, a pressão é dentro e fora.”

Até mesmo houve quem conferisse certa “autoridade” aos integrantes do GT para poder falar do tema de cotas, como foi dito em relatos, que pessoas diziam que “o pessoal do GT sabe tudo sobre as cotas”.

“Ao longo do tempo... e acho que até foi importante pra idéia da constituição de um grupo. Se chamava grupo de trabalho, mas não era desde sempre um grupo de trabalho. Então 2006 foi um ano em que se constituiu como um grupo, mas... no primeiro semestre, a gente tinha em geral reuniões de 30, 40 pessoas. No segundo semestre, isso já diminuiu mas algumas pessoas permaneceram. (...) Tinha um núcleo de pessoas que foi se tornando permanente, quer dizer, que acompanhou todo o 2005, e todo o 2006 e parte de 2007. Então, estas pessoas são vistas hoje mais como alguém do GT (...) como pessoa de outras instituições, por exemplo, eu tinha outras vinculações...”

Houve também os que se agregaram à causa do GT por acabarem procurando o mesmo, de alguma forma. Era de praxe os integrantes do GT

divulgarem a questão e chamarem as pessoas conhecidas a participarem das reuniões, e isto não era diferente nas palestras promovidas sobre o tema das cotas. Nestas, normalmente eram passadas listas para os interessados colocarem nome e email, para receberem informações através da lista de discussão que o GT sustentava via internet. Como inclusive foi relatado em uma das entrevistas, a comunicação via internet foi muito presente na organização do conjunto. Nestes casos, certas pessoas começaram a comparecer nas reuniões e passaram a fazer parte da mobilização até o final, como no caso de uma estudante vinculada ao DCE, e outra aluna de pós-graduação estrangeira, que tinham em comum o fato da temática sobre raça/etnia estarem presentes em suas pesquisas. Aliás, este traço também é comum entre alguns dos estudantes de ciências sociais mencionados no início deste capítulo.

No caso dos indígenas, estes foram contatados por pessoas vinculadas ao NIT, um núcleo de estudos sobre a questão indígena do departamento de antropologia da universidade. Dois estudantes pertencentes a este núcleo foram citados como responsáveis por “trazerem” os indígenas para a discussão, e chamavam seus representantes nos momentos cabíveis, bem como levavam suas propostas sobre o tema.

Também houve quem se unisse à mobilização mesmo não tendo vínculo formal com a UFRGS. É o caso de uma pessoa ligada ao movimento negro, atualmente mais ao grupo AFROSUL ODOMODÊ, que é uma ONG voltada para questões acerca da cultura negra. Inclusive foi frisado o uso do espaço deste grupo para a realização de várias reuniões do GT. Esta pessoa foi citada como tendo constante presença desde o começo de sua participação, e por ter contribuído por seu conhecimento na área, já que estava envolvido ao movimento por cerca de 30 anos. Também houve a participação, mesmo que não constante durante o processo, de pessoas ligadas a grupos de Hip Hop da Vila Bom Jesus, de Porto Alegre. Representantes de religiões afro também tiveram presença em discussões e mobilizações.

Partindo então das informações sobre os atores relatados nas entrevistas, pode-se montar uma representação mostrando um panorama da rede que envolveu tanto os participantes do GT, como as pessoas citadas que participaram da

mobilização e das discussões do conjunto:

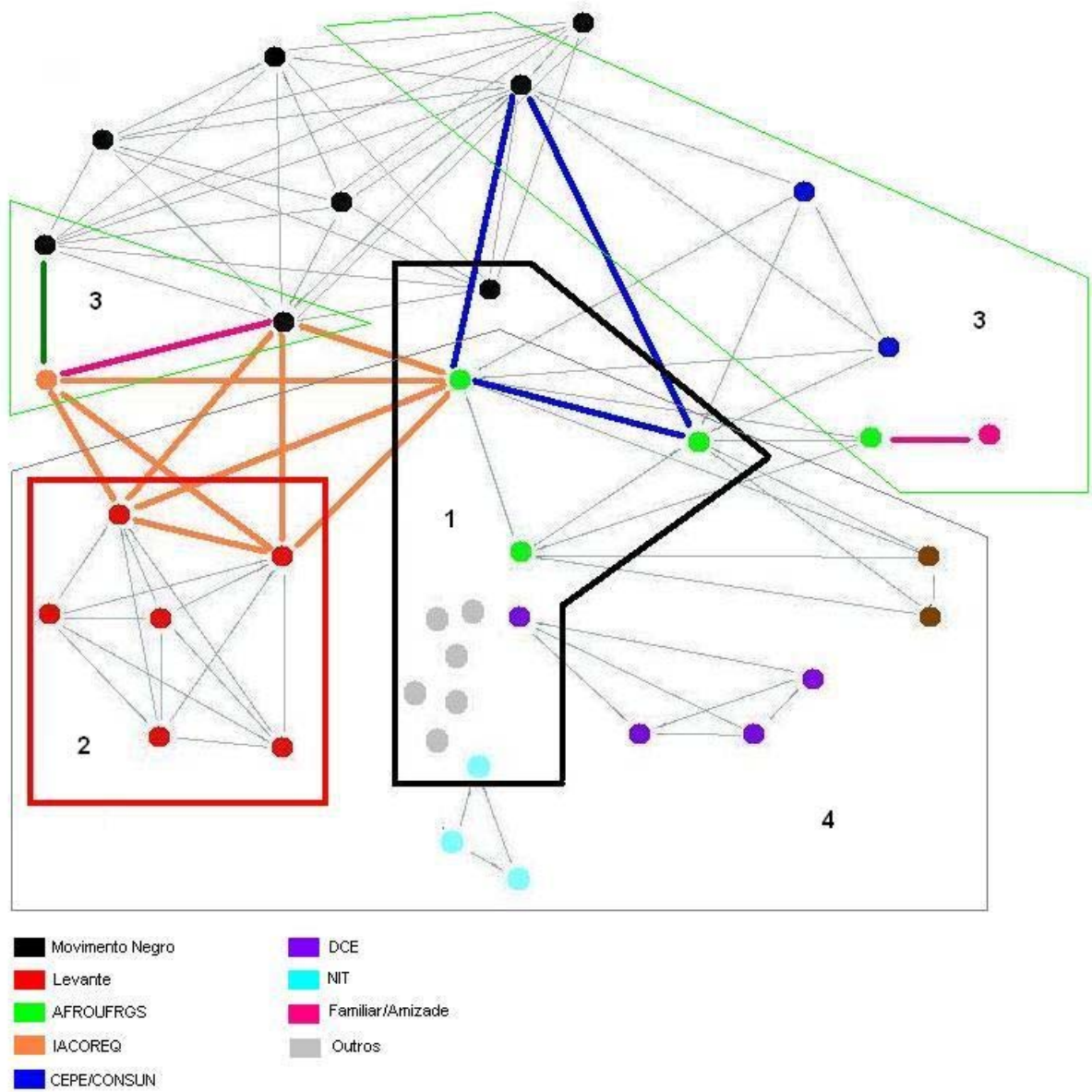


Fig. 2: Demonstrativo da rede mapeada. Fonte: Elaboração própria.

Procurou-se não ligar os pontos através de todos os vínculos verificados, já que isto acarretaria numa representação confusa da situação, e muitos traços ligando determinados atores não ficariam bem claros. Como se sabe que a legenda não é suficiente, será explicada então a interpretação do que foi colocado acima.

Procurou-se, nesta representação, mostrar os laços dos atores através da filiação a determinado “grupo” ou “conjunto”. Laços de amizade e parentesco não

foram praticamente descritos nos relatos, pois em maior parte os convites a certas pessoas foram ditos como realizados pelo “grupo”, exceto no começo da formação deste conjunto.

Dessa forma, atores identificados por determinada cor estão ligados aos conjuntos, grupos ou órgãos descritos na legenda. Sendo assim, dois atores representados pela mesma cor ligados por um traço simples cinza têm ligação através desta forma, como por exemplo, na representação dos vinculados relativos ao Levante. Quando isto não ocorre, os atores são ligados por um traço de cor diferenciada, de acordo com a legenda, como no caso dos que fizeram parte do CEPE/CONSUN. Os atores em cinza na verdade são aqueles vinculados à universidade que não apresentaram outro vínculo além deste e a participação no GT.

Optei também por identificar certos “agrupamentos” por blocos, e isto também para evitar o uso desenfreado de traços de um ponto ao outro. Dessa forma, conforme os relatos, o bloco 1 representa a formação, digamos, mais “sólida”, do GT, em termos de engajamento e do tempo em que se mantiveram ligados a este conjunto. Não se pode precisar isto em termos de um marco temporal de permanência, porém a maioria dos apontados permaneceu no GT desde a primeira reunião descrita no começo do capítulo até a aprovação da política na universidade, já outros permaneceram por volta de um ano, até a aprovação. Este bloco acaba por englobar representações do movimento negro, e de pessoas vinculadas à universidade com interesses voltados para a temática racial, bem como da questão indígena.

O bloco 2 destaca os integrantes do Levante. Não que estes não tenham participado do GT, mas, conforme descrito, esses acabaram por “assumir” mais a identidade do Levante, devido à forma de mobilização que optaram por fazer em um determinado momento.

Apesar da cor semelhante à designada para as atuantes no AFROUFRGS, os blocos numerados como 3 mostram quais daqueles que participaram de certa forma junto ao GT são pertencentes ao corpo de funcionários da universidade. Não ficou explicitado no desenho, mas os funcionários – tanto os que têm, como os que não possuem ligação ao movimento negro – têm ligações com o sindicato dos funcionários da universidade, a ASSUFRGS, que por esta via também teve alguma

participação nas discussões.

O quarto bloco, delineado em cinza, destaca os atores da rede que são na verdade estudantes da universidade. Destes, a maioria é do curso de Ciências Sociais, fora mais alguns que também são da área de ciências humanas. Houve participação de mais estudantes, alguns mais que outros, mas optei por colocar os mais citados, por assim dizer, nas entrevistas, já que alguns atores participaram pouco das reuniões, como foi relatado, que nem foram citados com muita relevância. Dos quarenta e nove nomes citados, trinta e sete aparecem na representação gráfica exposta.

O trecho abaixo menciona de forma geral como o GT agiu em torno desta ativação de laços (evitou-se expor aqui os nomes citados em meio à fala):

“[...] então a gente foi atrás, a gente fazia lista...(…) Mas então, o GT era um grupo que era acionado por algumas pessoas, e outras pessoas freqüentavam, tipo, do DCE, algumas pessoas do movimento negro, indígenas, mas que não faziam parte diretamente...(…) Mas a gente foi chegando nessas pessoas assim, a gente fazia...é que, muitos mesmo, tipo, o *** ia, outras pessoas que ficavam sabendo e iam, a *** também, porque ficavam sabendo... a gente convidava também. Enfim, as pessoas já se conhecem, entende, a gente já trabalhava com isso, dentro da questão dos quilombos, já conhecia o pessoal do IACOREQ...já existe essa rede, entende, dentro do movimento negro, já existe essa rede de contatos...(…) e a gente só ia acertando...mas a gente convidava, convidava pessoalmente, ou ia nas entidades.”(demarcações com asteriscos utilizadas nos momentos em que nomes de integrantes eram citados).

É mostrado aqui que como os integrantes do GT buscavam novos “parceiros” para a mobilização em prol do sistema de cotas. Ao mesmo tempo se menciona o fato de que certas pessoas, que não eram de fato integrantes do GT, mas colaboradores que estavam presentes em determinados momentos, propiciaram, quanto tinha vínculos com grupos militantes, contatos com estes últimos para que participasse de alguma forma da mobilização. De outra forma, foi relatado que os que constituíam o GT sabiam da existência de determinados grupos que se constituíam enquanto entidades do movimento social, e com objetivos semelhantes. Nestes casos, os integrantes do GT, identificando-se desta forma, compareciam nas sedes destes movimentos para apresentarem suas propostas e convidar os

representantes destas entidades para colaborarem com a mobilização.

Não há como precisar datas e/ou períodos de determinados acontecimentos, pois estes por vezes não eram lembrados com exatidão pelos entrevistados. Mas pelo visto foi perto do final de 2006 ou início de 2007 que esta mobilização pró-cotas começou a adotar estratégias e ter discussões mais diferenciadas. Passou-se então o momento de apenas debater e se informar sobre o assunto, de forma que as discussões passaram a ser mais acerca de formas de pressão que poderiam ser exercidas. Antes disto, deve-se falar mais sobre o Levante Popular da Juventude.

Como já foi citado anteriormente, o Levante Popular da Juventude “nasceu” da idéia em torno do Coletivo de Educação Popular e Luta, e acabou formando-se quase ao mesmo tempo em que o GT. Este agrupamento partia da idéia de reunir os jovens dos movimentos sociais. A partir do nascimento deste “grupo”, o mesmo passou a se articular com movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, e a Via Campesina. Alguns dos estudantes do curso de Ciências Sociais que fizeram convites para a primeira reunião do que veio a ser o GT, e que pertenciam (não se sabe se ainda pertencem) ao Levante, trataram de “trazer” este agrupamento para as questões do GT. Não que eles se apresentassem como representantes do Levante propriamente, mas traziam as discussões do Levante para as reuniões do GT e vice-versa.

Quando se passou a discutir sobre estratégias de pressão, houve divergências quanto às ações prioritárias. Como uma política de cotas teria que ter uma proposta aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUN), parte do grupo achou mais interessante “chegar” até estes conselheiros, para estabelecer um diálogo e exercer uma pressão neste âmbito. Já outros membros acreditavam que o foco era realizar mobilizações junto aos movimentos sociais. E as divergências também se estendiam a própria proposta de cotas: enquanto o primeiro grupo focava unicamente nas cotas de carácter étnico/racial, o segundo dava uma importância maior às cotas sociais. Não que ambas as percepções fossem necessariamente excludentes, até porque, como foi frisado pelos entrevistados, tanto agir, como eles diziam, “internamente”, frente aos conselheiros, e “externamente” (percepções com relação ao que é interno e externo à universidade), em mobilizações; foram ações

bastante eficientes para conquistar o objetivo estabelecido.

Mas cabe frisar o que foi dito nas entrevistas: houve uma modificação de percepção sobre o tema por parte de alguns integrantes do conjunto estudado, mesmo antes deste se reunir de fato. Como numa palestra organizada por integrantes do DEDS em 2005, ministrada por José Jorge Carvalho⁷, que colocou em pauta a relação entre às questões raciais e econômicas no Brasil, não como sendo questões excludentes, como também não vinculadas de forma direta e definitiva. Ou seja, os problemas raciais como não estando condicionados somente às desigualdades econômicas. O que mexeu com a idéia de como uma política de cotas deveria então ser implementada, o que de fato ocorreu com a forma com que os integrantes desta mobilização pró-cotas entendiam como deveriam formular a proposta, pois alguns destes enxergavam a questão racial e econômica como necessariamente interligadas.

Mas mesmo assim houve tensões dentro do grupo, e isto foi até a data da aprovação da política. Claro que as divergências não impediram em nada que cada parte deste conjunto agisse da forma que acreditava ser mais cabível, e neste momento em que os também integrantes do Levante acabaram assumindo mais esta identidade. O que na verdade se revelou é que cada uma dessas partes de fato assumiu a demanda dos movimentos aos quais estavam ligados. O GT, na sua forma mais consolidada, conversou com os representantes do movimento negro, e entendiam que era deste que provinha a pauta sobre as cotas, sendo deste então a demanda sobre a política em questão. Já os outros membros estavam mais ligados as demandas dos movimentos sociais aos quais se ligaram. Como, dentre outros, o trecho de entrevista abaixo:

“Claro que todas essas pessoas aí né, estiveram envolvidas entre nós assim... teve um momento que a gente tinha grupos... tava o GT, mas tinha vários grupos, que depois disputavam entre si assim... que a coisa foi tomando um jeito, um rumo em que se criaram grupos (...) um grupo maior que era o “pró-cotas”, digamos, e tinha disputa, tinha briga, discussão (...) É que é assim, na verdade tinha aquele negócio que se chamava GT né, só que daí depois ficou de um jeito que o GT eram só algumas pessoas... daí outras pessoas passaram a se

7 Professor da Universidade Federal de Brasília. Possui pesquisas e publicações sobre a questão racial brasileira e sobre as políticas de ações afirmativas de caráter étnico/racial, como o livro “Inclusão Étnica e Racial no Brasil – a questão das cotas no ensino superior”, Attar Editorial.

dedicar de outra forma, mas estavam naquele GT, mas que decidiram se dedicar de outra forma para se distinguir daquelas pessoas do GT, daí disso que começou a criar grupos...a gente tinha divergências em relação a algumas coisas, em relação às cotas, principalmente a questão das cotas raciais. Mas todos eram, digamos, a favor de cotas, era isso que unia as pessoas”

No que toca a disputa “interna” (no interior da universidade), como mencionada, houve uma ação de diálogo buscando uma “sensibilização” (termo utilizado por alguns entrevistados) por parte dos conselheiros quanto à causa. Mas, além disso, buscou-se pressionar este conselho e se conseguiu que, na comissão criada pelo conselho para discutir e elaborar a proposta, houvesse algumas pessoas vinculadas ao GT. Já havia também servidores na universidade, vinculados ao movimento negro, que faziam parte do conselho. Por fim, alguns membros presentes também no GT conseguiram fazer parte deste conselho, o que contribuiu em muito no momento das votações. Mas, além disso, as estratégias de pressão, nenhuma em específico, acabaram por contribuir para que alguns destes conselheiros mudassem de opinião e votassem a favor da questão. O próprio reitor da universidade acabou “colaborando” a favor, como foi mencionado, nos momentos de votação das propostas por parte do conselho:

“Assim, o que era vantajoso pra nós ganhar o reitor, era a influência dele sobre os... só que é assim, o CONSUN e o CEPE eram divididos entre situação e oposição. A única coisa que o reitor podia era facilitar nossa vida...facilitar de a gente ficar ali dentro da sala, ele não enchia muito o saco, deixava a gente ficar naquela salinha minúscula que cabe meia dúzia de gente...é, tipo, facilitar um pouco as coisas sabe, de tipo, não nos expulsar enquanto a gente tava fazendo barulho na votação, esse tipo de coisa, então a gente tinha vantagem de ganhar o reitor (...) A gente tinha vantagem com relação a ele poder meter uma pressão na situação. (...) ele, de certa forma (...) não ter se posicionado contra como a ***, por exemplo... esse fato ele foi bom assim, facilitou mas não foi decisivo. (...) não foi gratuito também, a gente precisou fazer muita pressão, e tá o tempo inteiro em cima dele pra que ele não assumisse essa posição contrária (...) ele até nos surpreendeu assim, no dia da votação. Até teve uma muito cômica, não sei se tu chegou a ver, que quando ele saiu da votação, a galera tava toda assim, "ah, nossa que sensacional..." e aí ele já tava a certa altura lá, não sei como é que foi, que uma mãe de santo botou um colar, um índio botou outro, ele tava com colarzinho no pescoço, e aí todo mundo tri emocionado, daí começaram a gritar... fazer um grito de guerra, que a gente gritava bastante, que é:"Quem não pula é racista! Quem não pula é racista!", e o reitor teve que pular...”

A partir do momento em que houve o resultado da aprovação, ocorreu

também uma ruptura na mobilização pró-cotas. As tensões geradas durante as discussões, bem como o desgaste de quem esteve engajado nesta mobilização, além das obrigações acadêmicas, profissionais e pessoais, fizeram com que os participantes do GT e colaboradores se dispersassem.

Após a aprovação, alguns dos que integraram o GT tentaram manter uma mobilização neste sentido, no que foi denominado como Fórum de Acompanhamento das Ações Afirmativas na UFRGS. Este tem a finalidade de “vigiar” como está sendo o tratamento aos cotistas recém ingressos, se dispendo a dar amparo jurídico, caso necessário, e também com o objetivo de mobilizar estes cotistas para que seja dada continuidade a mobilização já iniciada. Alguns dos entrevistados que participam deste fórum relatam que, após a aprovação das cotas, este conjunto não teve mais o apoio que antes possuía da reitoria. Sendo assim, as propostas que o fórum tem apresentado não estão sendo aceitas pela administração da universidade, o que também prejudica a continuidade pretendida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo sido expostas outras considerações sobre a análise redes sociais, a parte quantitativa não foi utilizada. Levando em consideração o tempo para elaborar o trabalho, bem como a proposta do mesmo, onde cálculos, como o de densidade, não foram vistos como relevantes na descrição deste processo, até pelo fato de não se pretender utilizar este recorte da rede para compará-lo com outros casos. A “relevância” ou não de determinado ponto, neste caso, visaria mais a uma questão da ativação de laços na rede do que por questões de eficiência na mobilização pró-cotas e, quanto a isto, acredita-se que foi deixada clara a posição central do conjunto que se constituiu como o GT de Ações Afirmativas.

De acordo com o conhecimento que se possuía sobre o GT antes de realizar este trabalho, de fato a categoria que foi levada em consideração para formular este mapeamento foi, na verdade, a vinculação a determinado grupo. Assim, partiu-se de pessoas conhecidas ligadas ao GT para conseguir as informações necessárias. A “ligação” a determinado grupo/conjunto motivou tanto a parte empírica e a analítica, como a própria natureza dos laços ativados, o que será visto adiante. Desta forma, estudante da universidade, estudante do curso de Ciências Sociais, funcionário da universidade, militante de algum movimento social, foram as definições utilizadas para identificar os atores dentro da rede.

Apesar dos tipos de vínculos apresentados dos atores, foi frisado que de fato o engajamento dos mesmos se deu mais através de meios informais do que formalmente enquanto representantes dos grupos aos quais estavam ligados. O vínculo com outras mobilizações permitiu um diálogo com estes movimentos, no tocante das suas pautas e propostas, tanto sobre o projeto a ser entregue ao conselho, quanto em relação às estratégias de pressão a serem utilizadas. Desta forma, os que participavam do GT, e que tinham ligação com estes movimentos, acabaram tendo o papel de levar as propostas e as idéias das discussões do GT para as entidades as quais pertenciam, e faziam a mesma coisa no sentido inverso, levando a pauta dos movimentos para o GT. Este papel foi atribuído pelos

entrevistados tanto aos vinculados ao movimento negro, quanto aos ligados, através do Levante, aos outros movimentos sociais e aos associados ao DCE.

Também, de certa forma ligada a isto, está a questão da motivação que fez originar-se o GT. Quando se pensou em fazer este trabalho, e conforme foi colocado na introdução deste, tinha-se conhecimento de que havia pessoas que participaram desta mobilização pró-cotas que tinham vinculações com os movimentos sociais. Desta noção, pensou-se no caso de justamente estas vinculações terem sido as motivações iniciais para que os atores estudados se reunissem em prol da mesma causa. Porém, como se acabou vendo, e conforme foi exposto na descrição do processo, a mobilização pró-cotas na UFRGS surgiu mais por uma “soma”, digamos, de interesses individuais nesta causa. Estes interesses não eram iguais quanto a sua natureza, e cada ator não possuía necessariamente apenas uma destas motivações.

Quanto a estes interesses individuais, a sensibilização destas pessoas quanto às desigualdades raciais e sociais em geral destacou-se como um traço em comum. Partindo desta percepção, estes indivíduos passaram a atuar, de determinada forma, em alguma área que discutisse esta questão, focando em determinados recortes do campo social, como os que passaram a incluir temas sobre desigualdades sociais em geral nas suas pesquisas acadêmicas, ou os que passaram a participar de programas, tanto da própria UFRGS (como o Conexões de Saberes) como outros (por exemplo, o movimento negro).

No que confere aos estudantes da UFRGS, houve os que, no interesse pelo tema, direcionassem suas pesquisas acadêmicas para a questão racial no Brasil. Como foi o caso de uma estudante do curso de História da universidade, que hoje está na pós-graduação, e que atuava como bolsista em uma pesquisa sobre escravidão no Rio Grande do Sul, elaborada por uma professora de seu instituto. Outros estudantes também estudaram em determinadas disciplinas do curso de Ciências Sociais sobre a questão racial e, da mesma forma, passaram a direcionar seus trabalhos com esta questão como foco.

No caso das pessoas ligadas ao programa Conexões de Saberes, deve-se considerar o fato de serem pessoas oriundas de comunidades populares (inclusive por ser um dos requisitos para a participação do programa, pois estes bolsistas

trabalham junto às comunidades de origem). Outro elemento, neste caso, pelo menos quanto às pessoas entrevistadas e ligadas a este programa, é o fato destas pessoas serem negras (conforme se vêem e consideram serem vistas pela sociedade) e atribuírem a este fato uma percepção mais aguçada quanto à baixa proporção de estudantes negros na universidade. Esta percepção, tanto por ser de origem popular, como pelo fato de serem negras, também era reflexo do “sentir-se diferente” dos demais, numa sensação de que aparentemente não pertenciam ao “mundo” acadêmico.

Fora os fatores citados no último parágrafo, e agora voltando a incluir os que se aproximaram do tema através de aulas e pesquisas, não se pôde precisar se houve motivações anteriores mais específicas. Os relatos mostraram que neste caso o princípio desta motivação partiu da interação destes atores com a questão de educação e raça. Isto tanto por terem estudado este tema em específico, ou por já terem tido um interesse anterior sobre outras questões envolvendo universidade e desigualdades sociais (como no caso dos que formaram o “Congresso das Sociais”). De qualquer forma, nestes casos o que se pode perceber como um “princípio”, digamos, do que levou essas pessoas a se mobilizarem a favor das cotas, foi a interação que esses tiveram com o tema. Interação esta proporcionada pelo contexto, não somente da universidade, mas envolvendo também mais especificamente uma área da Ciência (Sociologia, Antropologia, História, etc.), bem como os estudos sobre o tema apresentados para estes alunos durante suas formações acadêmicas.

Assim, temos duas formas de motivação que em princípio levaram estes estudantes a se mobilizarem em prol do sistema de cotas, sendo ambas proporcionadas por determinado contexto. De um lado os que estavam inseridos em um contexto onde havia desigualdades sociais, de forma mais aguçada e aparente; e de outro os que se estavam imersos em um contexto onde se buscava estudar estas desigualdades, considerando que os pertencentes ao primeiro plano também participavam do segundo. O fato de estas pessoas participarem de tais contextos não somente acabou, por assim dizer, os instigando a discutirem o tema deste tipo de desigualdade, como também os colocou em interação entre si, partindo de uma identificação quando ao interesse pelo tema, e estando estes convivendo em uma

mesma esfera da sociedade.

Claro que o GT não “inventou” nada, visto que as propostas e as motivações já vinham, “já pertenciam” (como foi dito em um relato), aos movimentos sociais. Mas o que ocorreu no caso da UFRGS foi uma convergência de interesses que acabou propiciando uma ativação de determinadas redes já pré-existentes, como o movimento estudantil, sindical, negro e social em geral. A agregação de certos atores pertencentes a agrupamentos semelhantes aos de outros, que também eram vinculados a outros grupos, e tinham todos estes em princípio um objetivo pontual e em comum, permitiu a formação de um conjunto, ou um “quase-grupo”, como define Barnes, dentro desta rede maior, que transpassa as barreiras institucionais que por vezes poderiam nos fazer imaginar fronteiras demarcadas entre o que é “interno” e “externo” à universidade.

A agregação deste “quase-grupo” se deu em maior parte por vinculações propiciadas por determinadas filiações em determinados grupos. A partir de um “ego” - que neste caso não foi um indivíduo, mas um conjunto de estudantes - foi feita a ativação desta rede parcial, que foi denominada como GT de Ações Afirmativas, ou mais amplamente de “Comitê Pró-Cotas” (conforme relatado, já que não integrava somente o “GT” como de fato se consolidou, tendo também seus colaboradores, como os vinculados ao Levante).

Também há de se considerar que os vínculos não foram estabelecidos unicamente através do plano individual ou coletivo. Foi colocado em vários momentos que os militantes de movimentos sociais, que acabaram mais por participar de forma individual, receberam convite do GT enquanto conjunto. Inclusive, conforme foi indicado, foi através desta forma que a maioria dos contatos foram estabelecidos. Apesar de não ter sido de fato um “grupo” permanente, mas um conjunto temporário, os integrantes do GT assumiram de certa forma esta identidade, quando se apresentavam nas mobilizações e quando estabeleceram contatos, e ao mesmo tempo eram vistos igualmente por quem de várias formas “lidou” com este conjunto.

Foi um conjunto com um número identificável de participantes, mesmo considerando a mudança na estrutura pelo fato de certos integrantes entrarem e saírem da mobilização nos mais variados momentos. E se mostrou também como

uma entidade limitada, o que pode ser visto pelos relatos de quando, no momento em que o objetivo em comum foi alcançado, a estrutura se rompeu, devido também aos outros objetivos distintos que não necessariamente vinculavam estes atores. Todas estas características são análogas as concepções de “quase-grupo” e “conjuntos-de-ação”, expostas por Barnes e comentadas por Mayer, dentre os citados neste trabalho, pois não se pode afirmar que foram os únicos a tratarem disto no tocante às redes sociais.

Como se pode perceber, vínculos de amizade (mais que um simples convívio em um mesmo âmbito) e parentesco não foram muito relevantes neste processo. Como pode ser visto no mapa da rede, mostrado no capítulo anterior (fig.2), estes tipos de laços se mostraram apenas em dois casos, cada qual envolvendo dois atores. O trabalho de campo realizado também tinha por objetivo identificar os tipos de laços entre os atores, de forma que não se iniciou de uma elaboração de categorias de laços a serem identificados na rede em questão.

De forma geral, houve duas formas básicas que proporcionaram a formação de vínculos entre os atores desta rede. Uma delas é o fato de determinados indivíduos serem afiliados a um mesmo grupo. Assim, em um primeiro momento, estudantes de mesmo curso, funcionários da universidade, participantes de programas sociais vinculados à universidade; enfim, atores que atuavam em um campo de convívio social comum, o que antes mesmo de qualquer proposta deste tipo já os havia posto em relação. A vinculação a um grupo em comum propiciou a formação de laços informais, não necessariamente de amizade, mas sim de convívio, de diálogo. Este contexto específico permitiu que indagações e interesses em comum, acadêmicos ou não, entre atores com convívio constante, propiciassem a estes também outro tipo de diálogo, servindo como motivação para que se reunissem em torno do objetivo, como foi, por exemplo, o caso entre os estudantes do curso de Ciências Sociais.

Partindo destes laços proporcionados pelo convívio, há o fato de alguns atores destes determinados grupos ou inseridos em um mesmo campo de convívio social também terem afiliações a outras esferas. Dessa forma, quando uma determinada pauta é de interesse comum entre dois “grupos” nos quais determinado ator está inserido, este pode estabelecer uma relação entre ambos os

agrupamentos, proporcionando um vínculo entre os participantes destes “grupos”. Como foi o caso de estudantes de Ciências Sociais terem certa ligação com o programa Conexões de Saberes e com o IACOREQ.

A outra forma de vinculação que foi efetuada nesta rede foi motivada pela ligação a determinado agrupamento, mas de outra forma. Os contatos feitos com representações dos movimentos sociais ou algum outro grupo constituído, como foi relatado, em determinados casos foram feitos sem que, entre os mobilizados a favor de cotas na UFRGS e estes grupos “de fora”, tivessem membros em comum. Em certos casos os pertencentes a movimentos sociais foram procurados pelo GT enquanto um conjunto organizado em um sentido específico, enfim, como militando em prol de determinada causa. Nestes casos, não foi especificamente o fato de militarem em um determinado grupo que possibilitou um elo entre eles, mas sim o fato de terem conhecimento de objetivos e interesses em comum que motivou os membros do GT a procurarem as representações destes grupos.

Assim, o convívio entre determinados atores em um contexto social específico permitiu que eles se identificassem com relação a um objetivo, propiciando sua mobilização. Partindo disto, este conjunto formado acabou por ativar uma rede já existente de atores em prol de objetivos semelhantes, e mesmo mais gerais do que o caso em questão, os agregando de diferentes formas (participação nas discussões, mobilizações, ou simplesmente dando apoio ou conselhos) a esta mobilização.

Desta forma, resumidamente, vinculações propiciadas por ligações institucionais, e por convívio em determinado campo social em comum (como ser estudante de um mesmo curso), bem como ligações por militância permitiram que a “sensibilidade” à causa fosse vista por uns nos outros, o que permitiu esta mobilização pró-cotas. Mobilização esta que não foi feita somente na forma de protesto, como também não atingiu seu objetivo apenas por convencimento, mas que de fato provavelmente não teve sua formação e atuação vistas dessa forma por quem não acompanhou este processo de perto.

Referências

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político, In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo. Ed. Global Universitária, 1987.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. *Observatório da Cidadania-Brasil*: Ibase, Rio de Janeiro, 2002, p. 56. Disponível em: http://www.socwatch.org/es/informelImpreso/pdfs/panorbrasileirob2002_bra.pdf. Acesso em: 12 de Maio de 2008.

LOZARES, Carlos. La teoria de redes sociales. *Papers – revista de sociologia*, Barcelona, n. 48, p. 103-126, 1996. Disponível em: <http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/ars/paperscarlos.rtf>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2007.

MARQUES, Eduardo (2006). Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº60, p. 15-41.

MAYER, Adrian C. A importância dos "quase-grupos" no estudo das sociedades complexas In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo. Ed. Global Universitária, 1987.

PEREIRA, Amauri Mendes. Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2008. doi: 10.1590/S0101-546X2003000300004

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1980 a 2007. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília. Ipea, 2008.

STEINER, Philippe. Redes sociais e funcionamento dos mercados. In: *A sociologia Econômica*. São Paulo. Editora Atlas, 2006.

<http://www.prorext.ufrgs.br/Deds/>

<http://portal.mec.gov.br/secad/>